



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO
SBS Quadra 02, Bloco H, Lote 14 - Bairro Asa Sul - CEP 70070-120 - Brasília - DF - <http://www.dpu.gov.br/>

NOTA TÉCNICA Nº 5 - DPGU/SGAI DPGU/GTLGIBTI DPGU

Em 16 de fevereiro de 2022.

Nota Oficial da Aliança Nacional LGBTI+ de repúdio às agressões sofridas por estudante trans em escola em Mogi das Cruzes-SP

A pergunta a ser feita todos os dias é até quando! Até quando teremos que nos deparar com notícias como estas:

Aluna trans é agredida após se revoltar por ser chamada por pronome masculino (correiobrasiliense.com.br)

Neste passo foi com grandiosa tristeza que a Aliança Nacional LGBTI+ tomou conhecido do fato narrado na matéria acima, onde através de uma série de vídeos partilhados pelas mídias sociais pode-se ver ato brutal de violência transfóbica ocorrida na E.E. Galdino Pinheiro Franco, na cidade de Mogi das Cruzes-SP.

Conforme boletim de ocorrência feito pela família da vítima, a estudante de nome Bárbara, em processo de transição de gênero, já vinha sofrendo com a discriminação e bullying em sala de aula desde que começou a estudar na escola no começo do ano letivo de 2022, em razão da sua identidade de gênero.

No episódio do dia em que ocorreram às agressões, ela saiu em defesa de uma colega que sofreu um ataque verbal racista, e foi agredida no rosto com um copo de plástico com água e não suportou tais agressões e reagiu na tentativa de se defender e fazer cessar as graves atitudes.

Ao reagir em sua defesa e do colega de sala, Bárbara foi covardemente agredida com socos e chutes por outros jovens.

É mister que seja levado em consideração que fatos como este ocorrem diuturnamente em milhares de escolas pelo Brasil, sendo causadora e propulsora das altas estatísticas de evasão escolar da população LGBTI+, mas em especial da população de pessoas trans e travestis.

Tal ato não pode permanecer apenas nas estatísticas das agressões realizadas com impunidade, há a necessidade de ser caracterizado nos termos e rigor da lei, tendo como base a decisão da mais alta corte de justiça do país, o Supremo Tribunal Federal – STF ao equiparar a violência LGBTIfóbica aos crimes de racismo.

A Aliança Nacional LGBTI+ luta por uma educação pública de qualidade, democrática, sem preconceitos e discriminações de todas as formas, crendo que a educação deve ser inclusiva, onde nenhuma pessoa LGBTI+ sofra violências em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero.

Neste passo, além de manifestar seu total e irrestrito repúdio ante este triste fato, solicita-se das autoridades competentes apuração célere e imparcial a fim de que haja a devida responsabilização dos agressores, e providências sejam tomadas para que essa escola seja um ambiente seguro para alunas e alunos LGBTI+, um espaço de formação para a cidadania e o respeito à diversidade.

Aproveitamos para nos colocar à disposição da estudante e sua família, oferecendo atendimento psicológico e jurídico que for necessário para a sua plena recuperação.

14 de fevereiro de 2022

Toni Reis
Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+

Gregory Rodrigues Roque de Souza
Coordenador Nacional de Comunicação da Aliança Nacional LGBTI+

Layza Lima
Assessora de Integração e Interiorização da Aliança Nacional LGBTI+

Luis Carlos de Sales Pinto
Coordenação Municipal da Aliança Nacional LGBTI+ em Mogi das Cruzes

Regina Maria Tavares
Coordenação Municipal da Aliança Nacional LGBTI+ em Mogi das Cruzes

###

Sobre a Aliança Nacional LGBTI+ - A Aliança Nacional LGBTI+ é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com representação em todas as 27 Unidades da Federação e representações em mais de 300 municípios brasileiros. Possui 56 áreas temáticas e específicas de discussão e atuação. Tem com missão a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania da comunidade brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI+) através de parcerias com pessoas físicas e jurídicas. A Aliança é colaboradora do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+. É pluripartidária e atualmente tem mais de 2000 pessoas físicas afiliadas. Destas, 47% são afiliadas a partidos políticos, com representação de 30 dos 33 partidos atualmente existentes no Brasil. No momento suas parcerias com pessoas jurídicas somam 89 ONGs, empresas e outras organizações. <http://aliancagbti.org.br/>
Conheça a Central de Denúncias LGBTI+ <https://bit.ly/3mN8jOA>



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Marcondes Faria de Oliveira, Coordenadora do GT**, em 07/03/2022, às 11:05, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **5008325** e o código CRC **F7EE0CF4**.